

Análise do Desempenho Educacional da Prefeitura de Aquiraz-ce, Através de Indicadores Fiscais, Indicadores de Desenvolvimento Humano e Pesquisa de Satisfação dos Municípes

Fátima de Souza Freire

Alexandre Sobreira Cialdini

Emmanuelle Sampaio Rocha

Aline Marie Teófilo de Moura

Fernanda Maria Barros de Albuquerque

Resumo:

O governo brasileiro vem adotando estratégias com o intuito de sanar sua dívida externa sem prejudicar o seu desenvolvimento econômico, criando normas e leis como, por exemplo, a Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF, que surgiu em 2000 para atender principalmente exigências impostas pelo Fundo Monetário Internacional - FMI. Logo, os gestores públicos têm se movimentado não somente para atender as regras impostas pela LRF, mas também resolver os problemas de ordem social. Para auxiliar os governantes brasileiros, o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) vem divulgando índices de desenvolvimento humano (IDH), inspirado na metodologia do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), auxiliando na avaliação das condições sociais de suas entidades. No que tange a influência da LRF nos municípios, constata-se que há uma expectativa de melhora da execução das contas públicas em benefício de melhoria das atividades sociais. No entanto, em função do pouco tempo de existência da LRF e falta de conhecimento dos gestores, tem-se observado dificuldades na execução plena dos mecanismos de aplicação da mesma. Pode-se citar, como exemplo, o caso da Prefeitura Municipal de Aquiraz, Ceará, que vem implantando um processo de modernização na gestão administrativa, fiscal e financeira para atender as demandas sociais. O presente trabalho tem como objetivo principal analisar o desempenho fiscal e, em particular, educacional da Prefeitura de Aquiraz-CE, antes e depois da LRF, elaborando um balanço abrangente de suas ações sociais através de indicadores fiscais, indicadores de desenvolvimento humano e pesquisa de satisfação dos municípes. Com a finalidade de comparar a performance financeira de suas contas públicas com a sua performance social foram realizados balanços sociais abrangentes a partir: (i) do cálculo de indicadores fiscais extraídos dos seus demonstrativos contábeis nos anos de 2000 e 2001; (ii) da análise dos índices de desenvolvimento municipal (IDM), fornecidos pela Fundação Instituto de Planejamento do Ceará (IPLANCE), dos anos de 1997 e 1999; (iii) de aplicação de 1000 questionários nas escolas públicas, no período de junho de 2002, possibilitando a geração de balanços do grau de satisfação de sua população quanto às ações da Prefeitura na área de educação. Conclui-se que embora há interpretações divergentes quanto à execução da LRF e dificuldades de sua operacionalização, verifica-se a importância do equilíbrio fiscal e sua influência na educação haja vista a evolução da receita corrente líquida e dos resultados primários e nominais gerados no primeiro ano de gestão do atual governo municipal de Aquiraz.

Área temática: Custos da Responsabilidade Social

**ANÁLISE DO DESEMPENHO EDUCACIONAL DA PREFEITURA DE
AQUIRAZ-CE, ATRAVÉS DE INDICADORES FISCAIS,
INDICADORES DE DESENVOLVIMENTO HUMANO E PESQUISA DE
SATISFAÇÃO DOS MUNICÍPIES**

**Dra Fátima de Souza Freire (ffreire@ufc.br)
MSc. Alexandre Sobreira Cialdini (cialdini@uol.com.br)
Emmanuelle Sampaio Rocha (emmanuelle_rocha@yahoo.com.br)
Aline Marie Teófilo de Moura (alineteofilo@hotmail.com)
Fernanda Maria Barros de Albuquerque
(albuquerquefernanda@hotmail.com)**

**Universidade Federal do Ceará
Av. da Universidade, 2431, Benfica
60020-180 Fortaleza, Ceará**

Área Temática: Custo de responsabilidade social

ANÁLISE DO DESEMPENHO EDUCACIONAL DA PREFEITURA DE AQUIRAZ-CE, ATRAVÉS DE INDICADORES FISCAIS, INDICADORES DE DESENVOLVIMENTO HUMANO E PESQUISA DE SATISFAÇÃO DOS MUNICÍPIES

Resumo

O governo brasileiro vem adotando estratégias com o intuito de sanar sua dívida externa sem prejudicar o seu desenvolvimento econômico, criando normas e leis como, por exemplo, a Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF, que surgiu em 2000 para atender principalmente exigências impostas pelo Fundo Monetário Internacional – FMI. Logo, os gestores públicos têm se movimentado não somente para atender as regras impostas pela LRF, mas também resolver os problemas de ordem social. Para auxiliar os governantes brasileiros, o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) vem divulgando índices de desenvolvimento humano (IDH), inspirado na metodologia do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), auxiliando na avaliação das condições sociais de suas entidades. No que tange a influência da LRF nos municípios, constata-se que há uma expectativa de melhora da execução das contas públicas em benefício de melhoria das atividades sociais. No entanto, em função do pouco tempo de existência da LRF e falta de conhecimento dos gestores, tem-se observado dificuldades na execução plena dos mecanismos de aplicação da mesma. Pode-se citar, como exemplo, o caso da Prefeitura Municipal de Aquiraz, Ceará, que vem implantando um processo de modernização na gestão administrativa, fiscal e financeira para atender as demandas sociais. O presente trabalho tem como objetivo principal analisar o desempenho fiscal e, em particular, educacional da Prefeitura de Aquiraz-CE, antes e depois da LRF, elaborando um balanço abrangente de suas ações sociais através de indicadores fiscais, indicadores de desenvolvimento humano e pesquisa de satisfação dos munícipes. Com a finalidade de comparar a performance financeira de suas contas públicas com a sua performance social foram realizados balanços sociais abrangentes a partir: (i) do cálculo de indicadores fiscais extraídos dos seus demonstrativos contábeis nos anos de 2000 e 2001; (ii) da análise dos índices de desenvolvimento municipal (IDM), fornecidos pela Fundação Instituto de Planejamento do Ceará (IPLANCE), dos anos de 1997 e 1999; (iii) de aplicação de 1000 questionários nas escolas públicas, no período de junho de 2002, possibilitando a geração de balanços do grau de satisfação de sua população quanto às ações da Prefeitura na área de educação. Conclui-se que embora há interpretações divergentes quanto à execução da LRF e dificuldades de sua operacionalização, verifica-se a importância do equilíbrio fiscal e sua influência na educação haja vista a evolução da receita corrente líquida e dos resultados primários e nominais gerados no primeiro ano de gestão do atual governo municipal de Aquiraz.

Palavras-Chaves: Indicadores Fiscais, Indicadores Sociais e Balanço Social

Área Temática: Custo de responsabilidade social

ANÁLISE DO DESEMPENHO EDUCACIONAL DA PREFEITURA DE AQUIRAZ-CE, ATRAVÉS DE INDICADORES FISCAIS, INDICADORES DE DESENVOLVIMENTO HUMANO E PESQUISA DE SATISFAÇÃO DOS MUNICÍPIOS

Introdução

O governo brasileiro vem adotando estratégias com o intuito de sanar sua dívida externa sem prejudicar o seu desenvolvimento econômico, criando normas e leis como, por exemplo, a Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF, que surgiu em 2000 para atender principalmente exigências impostas pelo Fundo Monetário Internacional – FMI. A LRF é considerada como um código de boas condutas fiscais a todos os entes de uma federação (União, Estados, Distrito Federal e Municípios). Conseqüentemente, os gestores públicos têm se movimentado não somente para atender as regras impostas pela LRF, mas também resolver os problemas de ordem social.

Para auxiliar os governantes brasileiros, o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) vem divulgando índices de desenvolvimento humano (IDH), inspirado na metodologia do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), auxiliando na avaliação das condições sociais de suas entidades. Desde 1990, o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) vem divulgando o índice de desenvolvimento humano – IDH de mais de 165 países. De acordo com o valor alcançado por seu IDH, os países são classificados como de baixo, médio ou de alto desenvolvimento. No caso do Brasil, várias ações foram realizadas, no mesmo período, como, por exemplo, a abertura de mercado, controle da inflação e criação de novas leis colocando seu IDH como do tipo médio desenvolvimento. A supremacia da metodologia do IDH está em considerar, no seu cálculo, a renda *per capita* e variáveis ligadas à saúde e à educação de cada país.

No que tange a influência da LRF nos municípios, constata-se que há uma expectativa de melhora da execução das contas públicas em benefício de melhoria das atividades sociais. No entanto, em função do pouco tempo de existência da LRF e falta de conhecimento dos gestores, tem-se observado dificuldades na execução plena dos mecanismos de aplicação da mesma. Pode-se citar, como exemplo, o caso da Prefeitura Municipal de Aquiraz, Ceará que vem implantando um processo de modernização na gestão administrativa, fiscal e financeira para atender as demandas sociais.

O presente trabalho tem como objetivo principal analisar o desempenho fiscal e, em particular, educacional da Prefeitura de Aquiraz- CE, elaborando um balanço abrangente de suas ações sociais através de indicadores fiscais, indicadores de desenvolvimento humano e pesquisa de satisfação dos municípios.

Com a finalidade de comparar a performance financeira de suas contas públicas com a sua performance social foram realizados balanços sociais abrangentes a partir: (i) do cálculo de indicadores fiscais extraídos dos seus demonstrativos contábeis nos anos de 2000 e 2001; (ii) da análise dos índices de desenvolvimento municipal (IDM)¹, fornecidos pela Fundação Instituto de Planejamento do Ceará (IPLANCE), dos anos de 1997 e 1999; (iii) de aplicação de 1000 questionários nas escolas públicas, no período de junho de 2002, possibilitando a geração de balanços do grau de satisfação de sua

¹ O IPLANCE mensura os níveis de desenvolvimento alcançados pelos municípios do Estado mediante um conjunto de indicadores sociais, econômicos e de infra-estrutura de apoio, a saber: Indicadores Fisiográficos, Fundiários e Agrícolas, Indicadores Demográficos e Econômicos, Indicadores de Infra-Estrutura de Apoio e Indicadores Sociais.

população quanto às ações da Prefeitura na área de educação. O Balanço do Grau de Satisfação dos Municípios segue o modelo do Balanço Social Abrangente que é um instrumento de gestão que visualiza ativos e passivos sociais de uma organização a partir do cálculo de indicadores sociais. Ele vem sendo utilizado principalmente para demonstrar o nível de satisfação social dos beneficiários das ações realizadas por uma entidade.

A seguir, serão apresentados os balanços das condições fiscais do município de Aquiraz, bem como os conceitos dos indicadores fiscais utilizados na sua construção. Também serão apresentados os indicadores fiscais voltados aos gastos efetuados pela Prefeitura na área educacional. Em seguida, serão abordados os conceitos utilizados pelo IPLANCE para calcular os indicadores de desenvolvimento municipal das prefeituras cearenses. Os balanços sociais, a partir dos IDM de Aquiraz, bem como o balanço de satisfação de seus municípios na área de educação, serão analisados a seguir. Por fim, serão apresentadas as conclusões e perspectivas do presente trabalho, fazendo-se alusão às suas limitações.

1. Balanço da Evolução das Condições Fiscais e Sociais do Município de Aquiraz

Para analisar o balanço da evolução das condições fiscais do município de Aquiraz serão apresentados os principais indicadores econômicos e fiscais que podem ser extraídos dos demonstrativos contábeis de um município. Em seguida, com base nos cálculos dos indicadores fiscais de dois períodos sociais (2000 e 2001) será elaborado o balanço da variação fiscal de Aquiraz que permite visualizar os avanços e retrocessos de suas contas públicas. Os indicadores são calculados a partir dos Demonstrativos Contábeis (Balanço Orçamentário, Balanço Patrimonial e Balanço Financeiro). Como pode ser observado no item 1.2. para cada indicador será associado um peso que dependendo do seu resultado poderá gerar um ativo ou passivo social para o município.

1.1 Indicadores Fiscais e Suas Variantes

No caso específico dos indicadores fiscais a pesquisa analisa os indicadores contábeis e fiscais estabelecidos a partir da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964 e, fundamentalmente, os indicadores estabelecidos pela Lei nº 104, de 04 de maio de 2000. Os indicadores fiscais estão divididos em oito grupos, a saber:

- a) Quocientes sobre o balanço orçamentário. Os indicadores poderão ser calculados a partir dos dados extraídos do balanço orçamentário do município possibilitando que sejam analisadas a execução da receita executada e prevista, execução da despesa e o equilíbrio orçamentário;
- b) Quocientes sobre o balanço financeiro. Neste caso, é possível analisar se o município gerou déficit ou superávit a partir dos indicadores como, por exemplo, de quociente da execução orçamentária, quociente financeiro real da execução orçamentária e quociente da execução orçamentária de capital.
- c) Quocientes sobre o balanço orçamentário. Esses quocientes poderão ser representados pelos seguintes indicadores: quociente da situação financeira, quociente

do limite de endividamento I, quociente do dispêndio da dívida e quociente do resultado patrimonial.

d) Quociente da demonstração das variações patrimoniais que pode ser representado pelo Quociente da Mutação Patrimonial Passiva.

e) Indicadores da estrutura de receitas que medem o grau de dependência e independência dos municípios. Os principais indicadores são participa o da receita tributária, participa o das receitas de transferências e participa o de receitas de capital.

f) Indicadores da rela o receita e nível de atividade econ mica, sendo representados pelos indicadores: participa o da renda e receitas per capita.

g) Indicadores da estrutura de despesa que se refere aos gastos governamentais e podem ser representados pelos indicadores: participa o de despesas de custeio, financiamento das d vidas de custeio, despesa com pessoal e despesa com pessoal total.

h) Indicadores de gestão que apresentam os dados referentes   forma como o município vem gerenciando seus recursos próprios e a inadimplência de seus clientes. Os principais indicadores são: progressividade do IPTU, gestão da d vida ativa e administra o da inadimplência.

1.2 Balanço do Avanço ou Retrocesso Financeiro do Município de Aquiraz

A partir do Balanço do Avanço ou Retrocesso Financeiro de Aquiraz no Biênio 2000 e 2001, foi possível analisar a porcentagem (E%) de evolu o ou regresso de cada indicador. Para cada indicador pode ser determinada a existência de um Ativo ou Passivo Financeiro das condi es administrativas do município de Aquiraz. Quando estes são somados, d o origem   Ativo ou Avanço Financeiro (AF) e Passivo ou Retrocesso Financeiro (PF) em medidas de unidades (U). A diferença entre elas, no caso 3699,63 Unidades de ativos Financeiros menos 154,19 Unidades de Passivos Financeiros, deixa bem claro a existência de um Superávit (3.545,44 unidades) na avalia o dos indicadores financeiros da Prefeitura de Aquiraz.

O processo de quantifica o permite destacar os indicadores que apresentaram retrocesso financeiro como, por exemplo: Participa o das Receitas de Capital (48,38 de Passivo Financeiro) que   calculado a partir da divisão entre o Receita de Capital sobre a Receita Total; Quociente do Limite de Endividamento II (39,13 unidades de passivo), calculando a partir da soma de Opera es de Créditos sobre a Receita Corrente Líquida; Quociente da execu o Orçamentária de Capital (29,17 unidades de passivo) que   calculado a partir da Receita de Capital sobre as Despesas de Capital.

Por outro lado, a maioria dos indicadores, em particular aqueles referentes ao quociente do resultado dos saldos financeiros e quociente do resultado nominal geraram Ativos ou Avanços Financeiros de 3.045,79 e 176,07 unidades, respectivamente.

Quadro 1 – Balanço do Avanço ou Retrocesso Financeiro de Aquiraz no Biênio 2000 e 2001

Indicadores Fiscais	Resultado		E (%)	Ativo Financeiro	Passivo Financeiro
	2000	2001			
Quociente de Execução da Receita	0.54	0.82	51.94	51.94	0
Quociente do equilíbrio orçamentário	1.00	1.00	0.00	0.00	0
Quociente de Execução da Despesa	0.54	0.82	51.94	51.94	0
Quociente do resultado orçamentário	1.00	1.00	0.00	0.00	0
Quociente da execução orçamentária	1.05	1.00	-4.58	0	4.58
Quociente financeiro real da execução orçamentária	1.05	1.00	-4.58	0	4.58
Quociente da execução orçamentária corrente	1.11	1.18	6.31	6.31	0
Quociente da execução orçamentária de capital	0.43	0.31	-29.17	0	29.17
Quociente da execução orçamentária de capital	0.65	0.89	38.08	38.08	0
Quociente do resultado da execução financeira	1.00	1.06	5.49	5.49	0
Quociente do resultado dos saldos financeiros	0.38	11.95	3045.79	3045.79	0
Quociente da situação financeira	0.98	1.65	67.69	67.69	0
Quociente da situação permanente	13.44	17.12	27.42	27.42	0
Quociente do limite de endividamento I	0.04	0.03	-26.83	0	26.83
Quociente do limite de endividamento II	0.02	0.01	-39.13	0	39.13
Quociente do resultado patrimonial	4.55	6.37	39.95	39.95	0
Resultado Primário – RP	866.00	2145.00	147.69	147.69	0
Resultado Nominal –RN	844.00	2330.00	176.07	176.07	0
Quociente da Mutação Patrimonial Passiva	1.00	1.00	0.00	0.00	0
Participação da receita tributária	0.08	0.08	1.23	1.23	0
Participação das receitas de transferências	0.86	0.87	1.51		1.51
Participação de receitas de capital	0.03	0.02	-48.39	0	48.39
Participação de despesas de custeio	0.80	0.82	1.99	1.99	0
Financiamento das dívidas de custeio	0.10	0.10	5.21	5.21	0
Despesa com pessoal	0.39	0.31	-20.98	20,98	
Despesa com pessoal total	0.42	0.37	-11.85	11.85	
Total do Ativo ou Avanço Financeiro em Unidades (U)				3699,63	
Total de Passivo ou Retrocesso Financeiro em Unidades (U)					154,19
Superávit					3.545,44
Total				3699,63	3699,63

Fonte: Dados Extraídos e Calculados a partir do Balanço Financeiro, Balanço Patrimonial e Balanço Orçamentário da Prefeitura Municipal de Aquiraz, ano 2001 e 2000.

2. Balanço Social de Aquiraz a partir do IDH

2.1 Metodologia do Cálculo do Índice de Desenvolvimento Municipal

O índice de desenvolvimento municipal (IDM) foi criado em 1998 pelo IPLANCE com o objetivo de traçar um perfil para os municípios, servindo de ferramenta para auxiliar os gestores no combate de erradicação da pobreza no Estado do Ceará. A metodologia adotada pelo IPLANCE mensura os níveis de desenvolvimento alcançados pelos municípios do Estado mediante um conjunto de indicadores sociais, econômicos e de infra-estrutura de apoio. Segundo o IPLANCE, o Índice de Desenvolvimento Municipal considera quatro grupos sócio-econômicos, ou seja:

1) Grupo 1 – Indicadores Fisiográficos, Fundiários e Agrícolas que compreende dados de precipitação pluviométrica, percentual de área explorável, percentual do valor

da produção vegetal, percentual do valor da produção animal, salinidade média da água e percentual do consumo de energia rural;

2) Grupo 2 – Indicadores Demográficos e Econômicos que compreende dados da densidade demográfica, taxa de urbanização, percentual do PIB, receita orçamentária *per capita*, percentual do consumo de energia elétrica da indústria e comércio, percentual do PIB industrial, percentual do PIB do setor de serviços, percentual de chefes de domicílios com rendimento superior a 1 salário mínimo;

3) Grupo 3 – Indicadores de Infra-Estrutura de Apoio que agrega os dados referentes ao número de telefones por 100 habitantes, agências de correios por 1000 habitantes, agências bancárias por 1000 habitantes, veículos por 100 habitantes, coeficiente de proximidade de onde é medido o grau de proximidade do município com Fortaleza e percentual de domicílio com energia elétrica e rede rodoviária relativa à área do município.

4) Grupo 4 – Indicadores Sociais que comporta os dados de taxa de escolarização do ensino fundamental, taxa de alfabetização de pessoas com 10 anos ou mais de idade, taxa de aprovação de ensino fundamental, percentual de domicílios com abastecimento de água adequados, percentual de domicílios com esgotamento sanitário adequado, percentual de domicílios com coleta adequada de lixo, médicos por 1000 habitantes, leitos por 1000 habitantes e taxa de mortalidade infantil.

A estes indicadores é aplicada a técnica multivariada da análise fatorial através do método de componentes principais, de onde é tirada a média ponderada, fazendo do IDM um indicador de síntese. Para efeito de análise, o IPLANCE estabeleceu quatro classes e apresenta um ranking dos municípios (ver Tabela 1 e 2).

Tabela 1 – Média, número de municípios e população, segundo as classes do índice de desenvolvimento municipal (IDM) – Ceará em 1997

CLASSES	IDM	MÉDIA	N.º DE MUNICÍPIOS	POPULAÇÃO 2000
IDM GLOBAL	8,23 a 81,07	24,80	184	6.902.058
1	81,07	81,07	1	2.006,503
2	31,49 a 52,16	37,37	34	1.881.727
3	20,82 a 30,95	25,12	90	1.947.549
4	8,23 a 20,59	16,13	59	1.066.279

Fonte: IPLANCE, 1999.

Embora no ano de 1997 o município de Aquiraz tenha apresentado um melhor índice de desenvolvimento municipal (IDM) que o ano de 2000, ocupando a 11ª posição do ranking com um índice global de 38,44, permaneceu na classe 2 em conjunto com 34 municípios, representando 18,5% do total de 184 cidades.

Tabela 2 – Média, número de municípios e população, segundo as classes do índice de desenvolvimento municipal (IDM) – Ceará em 2000

CLASSES	IDM	MÉDIA	N.º DE MUNICÍPIOS	POPULAÇÃO 2000
IDM GLOBAL	4,51 a 79,25	26,19	184	7.430.661
1	63,10 a 79,25	69,22	3	2.476.410
2	36,63 a 52,53	44,05	20	1.328.320
3	23,64 a 35,93	29,02	74	2.060.634
4	4,51 a 23,46	18,20	87	1.565.297

Fonte: IPLANCE, 2002.

Em 2000, o município de Aquiraz ocupou a 12º posição do ranking com um índice global de 44,61 permanecendo na classe 2, onde se classificaram 20 municípios que somam 10,9% do total de 184. Nesta classe, residem 17,87% da população do Estado. Todos os municípios da classe 2, pertencem à região administrativa 1 (Aquiraz, Caucaia, Eusébio, Horizonte, Maranguape e Pacajus), ou seja, à região metropolitana de Fortaleza, tendo áreas demográficas expressivas e elevado número de habitantes.

Com base nos resultados apresentados pelo IPLANCE referentes ao IDM e seus indicadores para os anos de 1997 e 2000 foi possível elaborar balanços da variação desses indicadores e analisar os avanços e retrocessos sociais do município de Aquiraz. No item a seguir, serão apresentados os primeiros balanços sociais do município de Aquiraz baseado na metodologia do balanço social abrangente².

2.2. Balanço Social do Município de Aquiraz a partir do IDM

A metodologia aplicada segue o modelo de confecção de um balanço social a partir da análise da variação do resultado do IDM, em dois períodos. Para elaboração do Balanço Social, foram levantados os indicadores do país na área de educação, saúde e renda dos anos de 1997 e 2000, extraídos do relatório do PNUD de 2001.

Em seguida, uma configuração de ativo e passivo social foi associada a cada indicador ao multiplicar a porcentagem de avanço ou retrocesso (E%) pelo valor (Peso) relativo do indicador. Então, a diferença entre o Total do Ativo Social (ou Total de Avanço Social) e Total do Passivo Social (ou Total de Retrocesso Social) gerou um superávit ou déficit, dependendo do caso. Os Quadros 2, 3 e 4 apresentam: o Balanço do Desenvolvimento Econômico e Social de Aquiraz; Balanço Social de Aquiraz a partir de seus Indicadores Sociais versus Média de Indicadores Sociais do Ceará em 1999; Balanço dos Indicadores Sociais de Aquiraz. De acordo com os dados dos indicadores sociais dos municípios fornecidos pelo IPLANCE, Aquiraz passou da 139º posição que ocupava em 1997 para a 93º no ano de 2000 em relação aos 184 municípios do Estado do Ceará. Com estes dados observa-se que o município ainda ocupa uma posição insatisfatória nos indicadores sociais (educação, saúde e saneamento básico).

Como pode ser observado na Quadro 2, no Balanço do Desenvolvimento Econômico e Social do período de 1997 a 1999 houve uma variação positiva nos indicadores fisiográficos, fundiários e agrícolas e indicadores demográficos e econômicos. No caso específico de indicadores sociais, houve um aumento de 57,36% no período de 1997 a 1999. Tal resultado possibilitou a geração global de um superávit de 110,44 unidades.

² Freire (2001:25) diz que “o Balanço Social Abrangente possibilita que a empresa verifique a sua performance social por meio da análise de indicadores baseados em enquetes realizadas com agentes econômicos internos (acionistas e empregados, por exemplo), mais também com agentes econômicos externos (fornecedores, clientes, governo, entidades de classe, associações beneficentes e sociedade em geral, por exemplo)”.

Quadro 2 - Balanço do Desenvolvimento Econômico e Social de Aquiraz

Indicadores	Peso	Resultados		E%	AS	PS
		1997	1999			
Indicadores Fisiográficos, Fundiários e Agrícolas	1	67,16	61,44	-8,52		8,52
Indicadores Demográficos e Econômicos	1	23,37	39,15	67,52	67,52	
Indicadores de Infra-estrutura e apoio	1	39,54	37,20	-5,92		5,92
Indicadores Sociais	1	25,80	40,60	57,36	57,36	
Total de Ativo ou Avanço Social					124,88	
Total de Passivo ou Retrocesso Social						14,44
Superávit						110,44
Total					124,88	124,88

Fonte: Dados extraídos do IPLANCE, 1999 e 2002

Nota: E%- Variação AS- Ativo Social PS- Passivo Social

Para analisar a qualidade de vida e bem estar da população de Aquiraz, foi elaborado um Balanço Social a partir dos indicadores do grupo 4. O índice do grupo 4 mensura o nível de desenvolvimento do município nos aspectos sociais resultante das informações sobre os padrões de acesso e utilização dos serviços nas áreas de educação, saúde e saneamento. Para fins comparativos, no Quadro 3, encontram-se os dados de Aquiraz e do Ceará de 1999 permitindo, desta forma, analisar a performance social do município com a média do Estado. Nota-se que Aquiraz tem gerado um Passivo Social de 218,93 unidades. Nota-se que o Município deve realizar maiores investimentos na área de educação em função de seus indicadores estarem abaixo da média do Estado. Este fato decorre principalmente da urbanização acelerada da região que necessita de maiores investimentos públicos e privados para suprir a nova realidade local.

Quadro 3- Balanço Social de Aquiraz a partir de seus Indicadores Sociais versus Média de Indicadores Sociais do Ceará em 1999

Indicadores Sociais	Peso	Resultados		E%	AS	PS
		Ceará	1999			
Taxa de escolarização no ensino fundamental	1	95,56	95,06	-0,52		0,52
Taxa de alfabetização de pessoas com 10 anos de idade ou mais	1	75,30	70,65	-6,18		6,18
Taxa de aprovação no ensino fundamental 2000	1	81,01	76,77	-5,23		5,23
Taxa de mortalidade infantil (por 1000 nascidos vivos)	1	33,01	26,77	-18,90	18,90	
Leitos (por 1000 Hab.)	1	2,11	0,82	-61,14		61,14
Médicos (por 1000 Hab.)	1	1,69	0,82	-51,48		51,48
% de Domicílios com abastecimento d'água adequado	1	60,80	10,03	-83,50		83,50
% de Domicílio com esgotamento sanitário adequado	1	33,88	40,01	18,09	18,09	
% de Domicílios com coleta de lixo adequada	1	61,48	54,79	-10,88		10,88
Total de Ativo ou Avanço Social					36,99	
Total de Passivo ou Retrocesso Social						218,93
Déficit						-181,94
Total					36,99	36,99

Fonte: Dados extraídos do IPLANCE, 2000

Nota: E%- Variação AS- Ativo Social PS- Passivo Social

Com o intuito de analisar a evolução dos indicadores sociais do município nos dois períodos estudados pelo IPLANCE, no quadro 4, encontra-se o Balanço de Indicadores Sociais de Aquiraz sem os indicadores de taxa de alfabetização de pessoas com 10 anos de idade ou mais, taxa de aprovação no ensino fundamental e porcentagem de domicílio com esgotamento sanitário adequado, pois estes itens não fizeram parte do cálculo para compor o indicador social (grupo 4) de 1997. Quando calcula-se as variações dos indicadores sociais no período de 1997 a 1999, nota-se que o Balanço Social gerou um superávit de 550,84 unidades.

Quadro 4 - Balanço de Indicadores Sociais de Aquiraz

Indicadores Sociais	Peso	Resultados		E%	AS	PS
		1997	1999			
Taxa de escolarização no ensino fundamental	1,5	88,47	95,06	7,45	11,18	
Taxa de mortalidade infantil (por 1000 nascidos vivos)	1,5	41,48	26,77	-35,46	53,19	
Leitos (por 1000 Hab.)	0,5	0,09	0,82	811,11	405,56	
Médicos (por 1000 Hab.)	0,5	0,73	0,82	12,33	6,17	
% de Domicílios com abastecimento d'água adequado	1	5,74	10,03	74,74	74,74	
Total de Ativo ou Avanço Social					550,84	
Total de Passivo ou Retrocesso Social						-
Superávit						550,84
Total					550,84	550,84

Fonte: Dados extraídos do IPLANCE, 1999 e 2000

Nota: E%- Variação AS- Ativo Social PS- Passivo Social

3. O Grau de Satisfação da Educação

3.1 Análise dos gastos com educação no contexto da Lei de Responsabilidade Fiscal

Alguns autores têm definido que a crise do Estado brasileiro ocorreu em três vertentes: um profundo desajuste fiscal, caracterizado, dentre outras, por uma poupança pública negativa e reiterados déficits públicos; colapso do modelo de substituição de importações e a crise na forma de gestão do Estado¹.

Com efeito, o governo brasileiro diagnosticou que a crise fiscal representa grande estrangulamento para o desenvolvimento do país, conforme definiu no seu Programa de Estabilidade Fiscal: “O equilíbrio das contas públicas representa um passo decisivo na redefinição do modelo econômico brasileiro. Trata-se, em essência, da introdução de mudanças fundamentais no regime fiscal do País, com o objetivo de promover o equilíbrio definitivo das contas públicas na velocidade necessária para permitir a consolidação dos três objetivos básicos do Plano Real: estabilidade da moeda, crescimento sustentados com mudança estrutural e ganhos de produtividade, e a melhoria progressiva das condições de vida da população brasileira” (Ministério da Fazenda citado por Figueiredo et al. 2001:17).

¹ Ver, a propósito, PEREIRA (1996); MARTINS (1998) e GIAMBIAGI & ALÈM (2001)

Percebe-se que o equilíbrio sempre foi uma das prioridades do processo de reformas por que vem passando o país. A matriz de ajuste fiscal está explícita no *Código de Boas Práticas para a Transparência Fiscal*, do Fundo Monetário Internacional e também aplicado em países como Nova Zelândia, Austrália, Comunidade Econômica Européia, Estados Unidos, Reino Unido, Argentina dentre outros que empreenderam, a partir da década de 80, redesenhos no modelo econômico, a partir do ajuste das contas públicas.

Nesse contexto, surge a Lei de Responsabilidade Fiscal-LRF, que teve aprovação pela grande maioria do Congresso e, fundamentalmente, apoio da sociedade garantida nas consultas públicas obtidas para o Projeto de Lei.

A LRF regulamentou alguns artigos instituídos na Constituição de 1988, essencialmente, o Capítulo Das Finanças Públicas. A Lei tem como princípio atuar em quatro vertentes: o planejamento, transparência, controle e responsabilização a partir da introdução de mecanismos de análise da gestão fiscal de forma ampla e abrangente em todos os níveis de governo e em seus poderes constituídos.

Alguns indicadores foram introduzidos para analisar a gestão fiscal do Ente federativo, indicadores que não estavam estabelecidos na atual e vigente Lei nº 4.320/64.

A LRF introduziu os conceitos de Necessidade de Financiamento do Setor Público-NFSP, sob a ótica dos resultados primário e nominal, onde se avalia a receita e despesa incluindo e excluindo o lado financeiro, respectivamente.

O conceito de NFSP introduz uma análise o mecanismo para que a gestão pública tenha metas estabelecidas para gerar o financiamento das demandas públicas. A Lei condicionou o aumento de gastos, essencialmente a elevação da Receita Corrente Líquida-RCL, conceito restritivo da Receita Orçamentária, instituída na Lei nº 4.320/64.

Os limites de gastos com pessoal e com endividamento, bem como as operações de crédito foram limitadas e controladas para evitar o desequilíbrio fiscal do Ente federativo.

O paradigma da gestão fiscal estabelecido pela LRF exigirá que gestores públicos tenham instrumentos de avaliação no curto, médio e longo prazos, pois a geração da despesa estará condicionada ao equilíbrio fiscal do Ente.

No nível municipal o ajuste pelo lado da receita já vinha tendo grande evolução², haja vista o crescimento exponencial da receita tributária própria, apesar da base tributária limitada.

No caso de Aquiraz, quando analisamos tais indicadores na ótica da LRF, percebe-se avanços significativos na atual gestão municipal no sentido de ampliar os limites da Receita Corrente Líquida, mesmo considerando o elevado grau de dependência do Município em relação às transferências constitucionais, a RCL cresceu 36% no biênio 2000/2001.

Tal crescimento, pode ser observado em decorrência da elevação substancial das receitas mobiliárias, onde a atual gestão conseguiu implantar um sistema de remuneração de até 100% do CDI dos recursos aplicados na cota-parte do ICMS, bem como a implantação da conta única, que possibilitou também a maximização das aplicações financeiras do município que no exercício de 2001 gerou R\$ 222 mil de receita mobiliária, em detrimento de R\$ 16 mil gerados em 2000. Outro desempenho significativo, gerado por decisão orientada no sentido de maximizar a receita foi o controle, junto aos cartórios locais, da receita gerada pelo Imposto de Transmissão de Bens Imóveis – ITBI, que representou 132%. Entretanto, o Município precisará investir

² Conforme AFONSO (2000), os municípios brasileiros tiveram o melhor desempenho, se comparado aos Estados e Governo Federal, no que se refere à elevação da sua receita tributária própria.

em tecnologia da informação e capacitação de pessoal para recuperar bastante a receita própria evadida, pois a taxa de inadimplência dos impostos municipais é bastante elevada gerando uma dívida ativa superior a R\$ 2 milhões . Para isso , faz-se necessário construir uma nova base de dados para estabelecer um novo cadastro municipal, que servirá para o IPTU , ISS e outras taxas instituídas no nível local.

No caso específico da necessidade de financiamento, apesar do elevado grau de endividamento municipal³, o município gerou um superávit primário de R\$ 2, 145 mil e nominal de R\$ 2,330 mil, superando os resultados do exercício passado em cerca de 147%.

O setor educacional aqui avaliado reflete o grau de crescimento dos seus gastos motivado pela elevação das fontes de receita própria e de transferência, que compõem os recursos de manutenção do ensino fundamental e os gastos com educação infantil.

A Função Educação e Cultura registrou um crescimento de 32 % dos gastos nessa área e, especificamente, no ensino fundamental esse crescimento superou a casa de 40 %, comparando os exercícios de 2000/2001.

O resultado primário propiciou a ampliação dos gastos com educação, porém é necessário salientar a necessidade de se promover um redesenho completo das estruturas escolares , possibilitando a nucleação dos alunos para escolas de maior porte e, conseqüentemente, reduzindo gastos desnecessários com manutenção.

Portanto, é importante alertar para os limites de gastos com pessoal que passaram de 38,61%, em 2000 para 44,03 % em 2001 gerando um crescimento de 14 %.

3.2. Balanço de Satisfação dos Alunos, Professores e Diretores de Aquiraz

A metodologia aplicada segue o modelo de confecção mais geral do Balanço Social Abrangente³. Consistiu na aplicação de uma enquête, na qual 1000 alunos (do ensino médio e fundamental) e 100 professores e diretores de 10 escolas , no período de junho de 2002, avaliaram às condições físicas e ambientais, merenda escolar, docentes, matrículas, atividades extra-salas e atendimento proporcionados pela Prefeitura de Aquiraz, conferindo a cada indicador um conceito que expressava seu grau de satisfação.

A quantificação dos indicadores decorrentes da conceituação pelos alunos reflete-se numa pontuação, onde o valor 100 equivale ao máximo do grau de satisfação [ótimo], 80 [bom], 60 [regular] 40 [insuficiente] e 20 ao mínimo [péssimo]. Neste caso, quanto mais distante deste último for a conceituação, melhor é a avaliação que os alunos fazem sobre as condições de estudo lhes são proporcionadas.

Como todas as questões das enquêtes não têm a mesma importância para averiguação das condições ofertadas pela Prefeitura para satisfação dos seus alunos e professores, foi associado um fator de ponderação (peso) a cada um dos indicadores. A soma dos pesos do total de indicadores é 100, o que torna relativo e autodependente os perfis dos indicadores.

³ Para se ter idéia , a atual administração recebeu a herança de uma dívida no valor de R\$ 1,132 mil no período de 1996 a 2000, sendo que apenas nesse último exercício a dívida gerada foi de R\$ 820 mil, cerca de 72% do total

³ Conceito utilizado por Freire, Botelho e Nunes, RBS, 2001.

Finalmente, uma configuração de ativo e passivo da satisfação dos alunos foi associada a cada questão ao multiplicar a porcentagem de avanço ou retrocesso pelo valor (peso) relativo da questão. Então, a diferença entre o total do ativo e passivo de satisfação gerou um superávit na mesma de acordo com os resultados da enquête realizada.

Como para a elaboração do balanço de satisfação do alunado e professores de 2002 seria necessário o resultado do ano anterior (indisponível), para se fazer um comparativo e avaliar se houve avanço ou retrocesso na atuação social da Prefeitura, conferiu-se um valor inicial 60 (regular) para todos os indicadores, obtendo-se um referencial a partir do qual uma comparação pode ser efetuada. Os Quadro 5 e 6 apresentam uma estimativa do grau de satisfação dos alunos e professores da Prefeitura de Aquiraz conforme obtida pela estatística das respostas obtidas nos itens das enquetes respondidas.

Em 2002, o maior índice de satisfação dos alunos foi obtido com a percepção do nível dos professores, enquanto os menores índices foram: computadores e laboratórios, biblioteca e atividades esportivas. De modo geral, a percepção dos alunos de suas condições de estudo é que elas são boas.

No caso dos professores os melhores indicadores foram: regularidade das aulas, reconhecimento dos chefes e colega, pontualidade no pagamento, recebimento gratuito de livros. Enquanto isto, os indicadores negativos foram: computadores e laboratórios, bibliotecas e sistema de reajustes dos salários.

Quadro 5 – Balanço da Satisfação dos Municípes na área de Educação

INDICADORES DE SATISFAÇÃO DOS ALUNOS		PESO	Média	2002	E (%)	AE	PE
Condições Físicas e Ambientais	Localização	3	60,00	71,42	19,03	57,09	0
	Limpeza, manutenção e instalações	4	60,00	65,60	9,33	37,33	0
	Ventilação	4	60,00	62,89	4,82	19,29	0
	Iluminação	4	60,00	74,69	24,49	97,95	0
	Acústica	3	60,00	66,60	11,00	32,99	0
	Bibliotecas	4	60,00	45,33	-24,45	0	97,79
	Computadores e laboratórios	4	60,00	31,31	-47,82	0	191,26
	Segurança	4	60,00	57,35	-4,41	0	17,65
	Regularidade das aulas	5	60,00	80,23	33,71	168,55	0
	Recebimento gratuito de livros	6	60,00	73,01	21,68	130,06	0
Merenda Escolar	Fornecimento	3	60,00	61,61	2,69	8,07	0
	Qualidade	3	60,00	61,46	2,44	7,31	0
	Quantidade	3	60,00	65,09	8,48	25,44	0
	Higiene	3	60,00	65,57	9,28	27,83	0
	Horário de fornecimento	3	60,00	79,39	32,32	96,97	0
Docentes	Nível dos professores	6	60,00	85,94	43,23	259,37	0
	Quantidade de professores	4	60,00	74,41	24,01	96,05	0
	Dedicação dos professores	5	60,00	86,92	44,86	224,32	0
Matrículas	Rapidez e simplicidade	3	60,00	77,23	28,72	86,16	0
	Garantia de vaga	5	60,00	81,76	36,27	181,34	0
a-sala	Atividades Esportivas	3	60,00	47,83	-20,28	0	60,83

	Atividades Culturais e Artísticas	3	60,00	61,26	2,10	6,31	0
	Atividades Recreativas	3	60,00	59,04	-1,60	0	4,79
Atendimento	Horário de atendimento	3	60,00	73,56	22,60	67,80	0
	Acesso às informações e orientações	3	60,00	73,57	22,61	67,84	0
	Informações de desempenho do aluno	3	60,00	74,84	24,74	74,21	0
	Relacionamento Pais-escola	3	60,00	75,57	25,95	77,86	0
	Grau de Satisfação de Educação						1.850,15
Grau de Insatisfação de Educação							372,33
Superávit no Grau de Satisfação da Educação da Prefeitura							1.477,82
Totalização						1.850,15	1.850,15

Fonte: Pesquisa direta

Quadro 6 – Balanço de Satisfação dos Professores e Diretores das Escolas de Aquiraz

INDICADORES SATISFAÇÃO DOS PROFESSORES E DIRETORES		PESO	MÉDIA	2002	E (%)	AE	PE
Condições Físicas e Ambientais	Localização	3	60,00	86,38	43,97	131,91	0
	Limpeza, manutenção e instalações	4	60,00	68,42	14,04	56,14	0
	Ventilação	4	60,00	67,37	12,28	49,12	0
	Iluminação	4	60,00	66,53	10,88	43,51	0
	Acústica	3	60,00	71,79	19,65	58,95	0
	Bibliotecas	4	60,00	51,95	-13,41	0	53,66
	Computadores e laboratórios	4	60,00	31,04	-48,26	0	193,03
	Segurança	4	60,00	64,21	7,02	28,07	0
	Regularidades das aulas	5	60,00	85,89	43,16	215,79	0
	Recebimento Gratuito de Livros	6	60,00	74,32	23,86	143,16	0
MÉRITOS	Reconhecimento dos chefes e colegas	4	60,00	80,42	34,04	136,14	0
	Avaliação de desempenho dos funcionários	3	60,00	78,74	31,23	93,68	0
	Métodos de promoção de cargos	3	60,00	58,70	-2,17	0	6,52
Capacitação	Palestras e Mini Cursos	4	60,00	67,31	12,19	48,75	0
	Cursos de Reciclagem e Aperfeiçoamento	4	60,00	68,30	13,83	55,32	0
Relacionamentos	Entre Professores	3	60,00	85,47	42,46	127,37	0
	Entre Professores e Alunos	3	60,00	82,95	38,25	114,74	0
	Entre Professores e Direção	3	60,00	86,11	43,51	130,53	0
	Entre Direção e Pais	3	60,00	80,21	33,68	101,05	0
Satisfação com a organização	Uso das Normas e Procedimentos	2	60,00	74,53	24,21	48,42	0
	Comunicação(oral e escrita)	3	60,00	77,05	28,42	85,26	0
	Satisfação na realização das tarefas	3	60,00	77,05	28,42	85,26	0
	Participação nas reuniões	3	60,00	81,26	35,44	106,32	0
	Autonomia nas decisões diárias	2	60,00	80,42	34,04	68,07	0
	Atividades Culturais e Artísticas	2	60,00	74,74	24,56	49,12	0
	Qualidade das reuniões	2	60,00	76,63	27,72	55,44	0
Remuneração	Pontualidade no pagamento	3	60,00	89,47	49,12	147,37	0
	Adequação entre cargos, salários e escolaridade	3	60,00	58,95	-1,75	0	5,26
	Remuneração em relação ao mercado	3	60,00	49,26	-17,89	0	53,68

Sistema de Reajuste	3	60,00	41,47	-30,88	0	92,63
Grau de Satisfação da Educação						2.179,49
Grau de Insatisfação da Educação						404,79
Superávit no Grau de Satisfação da Educação da Prefeitura						1.774,69
Totalização						2.179,49 2.179,49

Fonte: Pesquisa direta

Conclusões e perspectivas

A discussão promovida neste trabalho não tem o objetivo de exaurir a análise dos indicadores sociais e fiscais e os efeitos nas políticas públicas. Entretanto, o objetivo é de provocar uma avaliação abrangente e sistêmica da gestão governamental através da utilização de um conjunto de variáveis que possam auxiliar os resultados das políticas públicas implantadas. Essa análise abrangente possibilitou utilizarmos parâmetro que inclui o binômio fiscal-social correlacionando a percepção dos clientes conforme pesquisa de campo realizada.

No campo fiscal financeiro, utilizou-se um conjunto de indicadores gerados a partir dos balanços do município e do relatório de gestão fiscal do biênio 2000-2001. O trabalho foi parametrizado a partir dos dados gerados pelo município de Aquiraz do estado do Ceará que disponibilizou as informações para esta análise. Do conjunto de 26 indicadores extraídos dos documentos contábeis, verificou-se um superávit 3.545,44 de unidades. Esse resultado foi puxado essencialmente pelo quociente dos saldos financeiros e pela necessidade de financiamento do setor público (resultado primário e nominal).

Os indicadores que foram registrados no passivo tipificam o grau de dependência dos recursos provenientes das transferências constitucionais, mesmo considerando a elevação significativa das fontes de receita própria representadas essencialmente pelo ITBI (imposto de transmissão de bens e imóveis).

Assim, a análise fiscal demonstra a evolução positiva do município e da sua capacidade de financiar os gastos governamentais. Neste contexto, pode-se constatar que o ajuste fiscal empreendido pelo município do exercício de 2001 possibilitou a alocação adicional de recursos para as demandas sociais. No caso específico da função educação e cultura, esta foi beneficiada pela elevação das três fontes de recursos que compõem o Fundo de Desenvolvimento do Ensino Fundamental (FUNDEF), as quais somam a receita tributária própria, cota-parte de transferência do FPE (Fundo de Participação dos Estados) e cota-parte do ICMS.

Portanto, é perceptível que a geração e ampliação da base tributária, bem como a necessidade do ajuste fiscal do lado da receita e no controle da despesa influencia a alocação dos gastos sociais. Entretanto, ainda não é possível concluir com plenitude que há defasagens na implantação de políticas voltadas a educação haja vista os passivos gerados.

Bibliografia

- AFONSO, José Roberto. Capacidade de Gasto dos Municípios Brasileiros: Arrecadação própria e receita disponível. Disponível em <http://www.federativo.bndes.gov.br>
- AMORIM, Anderson Amorim de e outros. *Balanço Social e a Empresa Cidadã* – Revista Trevisan, nº 120, fevereiro de 1998.
- BRASIL Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. *Evolução recente das condições e das políticas sociais no Brasil*. Brasília: IPEA, 2001
- BRESSER, Pereira, L.C. Crise Econômica e Reforma do Estado no Brasil, Ed. 39, 1996.
- _____. Reforma do Estado para Cidadania: A Reforma Gerencial Brasileira na Perspectiva Internacional. – São Paulo: Ed. 34 ; Brasília ENAP, 1998.
- COCHRANE, Teresinha Maria C; FREIRE, Fátima de Souza e MOTA, Isabel: *O Balanço social francês e a relação de informações sociais no Brasil: um estudo comparativo de suas motivações, finalidades e utilizações*. Colóquio Vingtème anniversaire du bilan social: Quelles leçons et quelles perspectives? LIRHE, Université des Sciences Sociales de Toulouse I, França, julho de 1997.
- CUNHA, Aromildo Sprenger da e outros. *Balanço Social* - Revista Brasileira de Contabilidade, nº 104, novembro de 1997.
- FREIRE, Fátima de Souza; BOTELHO, Ducineli Régis; NUNES, Florisval Mareco. *Balanço Social Abrangente: ferramenta contábil e eficaz para mensuração do papel social das empresas*. Revista Brasileira de Contabilidade, Brasília, n.º130, p.23-33, julho/agosto de 2001.
- FREIRE, Fátima de Souza e MALO, François Bernard: *Memória social e decisões estratégicas*. Orçamento e Democracia Debatendo Políticas Públicas, Rio de Janeiro, Ano 6, n. 12, p.10-11, 1999.
- FREIRE, Fátima de Souza e REBOUÇAS, Tereza Raquel da Silva: *Uma descrição sucinta do balanço social francês, português, belga e brasileiro*, in TIBÚRCIO, César e FREIRE, Fátima S. Balanço Social. São Paulo: Atlas, 2001.
- FREIRE, Fátima de Souza. *Balanço social à brasileira*. Gazeta Mercantil, 28 de dezembro de 2000, pág. A-2.
- GONÇALVES, E. Lima. *Balanço social da empresa na América Latina*. São Paulo: Biblioteca Pioneira de Administração e Negócios. Livraria Pioneira Editora, 1980.
- GIAMBIAGI, Fábio & ALÈM, Cláudia. *Finanças Públicas: Teoria e Prática*. Rio de Janeiro: Campus, 2001.
- IGALENS, Jacques e PERETTI, Jean Pierre. *Le bilan social de l'entreprise, Que Sais-Je?*. PUF, Terceira edição, Paris, 1997.
- IPLANCE. *Índice de desenvolvimento municipal (IDM)*. Fortaleza: Edições IPLANCE, 1999.
- IPLANCE. *Índice de desenvolvimento municipal (IDM)*. Fortaleza: Edições IPLANCE, 2002.
- KROETZ, César Eduardo S. *Balanço social, teoria e prática*. São Paulo: Atlas, 2000.
- O Brasil no Relatório do Desenvolvimento Humano, 2001. [Http://www.undp.org.br](http://www.undp.org.br), acessado em 15/06/2002.
- MARTINS, Ives Gandra da Silva(coord.). *O Estado do Futuro* . São Paulo: Pioneira, 1998.
- SEN, A.K. *Decade of Human Development*, Journal of Human Development, vol.1 no.1, pp. 17-23 , 2000a
- SEN, A.K. *Development as Freedom*, Oxford University Press, Oxford, 2000b.

- SEN, A.K. *Capability and Well-Being*. in *The Quality of Life*, M.C. Nussbaum and A. Sen (eds), Clarendon Press, Oxford, pp. 30-53, 1992
- SEN, A.K. *Commodities and Capabilities*, Oxford India Paperbacks, Oxford University Press, Oxford, 1997.
- SILVA, César A. Tibúcio e FREIRE, Fátima de Souza. *Balanco social: teoria e prática*. São Paulo: Atlas, 2001.
- TINOCO, João Eduardo Prudêncio. *Balanco Social. Uma abordagem Sócio-Econômica da Contabilidade* – Dissertação de Mestrado em Contabilidade/1984 – FEA/USP.
- UNPD. *Human Development Report 2001*. <http://www.undp.org/hdr2001/>
- UNPD *O Brasil no RDH 2001*. Relatório de Desenvolvimento Humano 2001. <http://www.undp.org.br/hrd/hdr98/>. 2001